

PROCESSOS CULTURAIS E RELAÇÕES COM A DESIGUALDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA CULTURAL

Lucas Hertzog Ramos¹

RESUMO

Este artigo adereça respostas e reflexões acerca do paradigma bourdieusiano da distinção social à luz de estudos identificados com a virada cultural nas ciências sociais a partir da década de 1970, com especial atenção aos desenvolvimentos da sociologia cultural norte-americana. Aludimos tais respostas à tese de Pierre Bourdieu sobre a existência de um campo holístico e objetivo de distinções sociais que implica na definição de fronteiras *a priori* - através dos conceitos de capital cultural e campo. Estas teses podem induzir o pesquisador social a pressupor os critérios de avaliação que os indivíduos usam, ao invés de descrevê-los em cada situação específica e cujo resultado depende de disputas e de processos não-determinísticos. Sugere-se que a descrição sociológica se revigore a partir dos desenvolvimentos de campos epistêmicos que abarquem dimensões fenomenológicas do acontecimento no processo de elaboração de sentido (*meaning-making*) dos atores. O quadro teórico da sociologia cultural é explorado como proposta de deslocamento da centralidade da reflexão sobre a contenda entre dominantes e dominados para um quadro complexo e de resultado indeterminado, no qual a disputa é perpassada por diferentes estratégias de ação.

PALAVRAS-CHAVE

Processos culturais. Desigualdades. Estratégias de ação. Bourdieu. Sociologia cultural.

¹ Doutor em sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

INTRODUÇÃO

A pergunta que mobiliza este artigo é interrogar a potência da sociologia cultural para a compreensão das desigualdades e identificar conceitos que emergem como alternativas ao quadro epistêmico da sociologia de Pierre Bourdieu (1989, 2003, 2007) sem descartar suas premissas e conceitos, mas partindo deles para sugerir uma renovada abordagem teórica. Levantamos elementos que, a nosso ver, merecem ser explorados na composição de uma proposta teórica já bastante difundida na sociologia cultural, em especial nos Estados Unidos, que revive tradições como o interacionismo simbólico que floresceu na Escola de Chicago, estimulados pelos influentes escritos fenomenológicos de Peter Berger e Thomas Luckmann (1998), além da filosofia instrumentalista de John Dewey (2007), do pragmatismo filosófico de Charles Peirce (1998) e William James (1981) e a psicologia social de George Herbert Mead (1962).

A premissa que emerge desta vertente é a concentração em menos sobre o porquê e mais na descrição sobre como as coisas acontecem, como sugere pedagogicamente Howard Becker (2008a, 2008b) em sua proposição metodológica que caminhava em direção ao desvelamento de processos que se desenrolam na vida dos atores, em carreiras que progridem no curso da ação e dos espaços de aprendizado aos quais estão expostos.

Os estudos destes autores, combinados com influências claras do estruturalismo francês e dos estudos culturais britânicos, sugere um quadro teórico promissor para o debate das desigualdades sociais partindo de um deslocamento fundamental. Os processos culturais são variados e vem sendo abordados por uma ampla gama de autores, com exemplos desde os estudos clássicos da racionalização (WEBER, 1999), estigmatização (GOFFMAN, 1988), bem como estudos contemporâneos sobre racialização (OMI e WINANT, 2015), avaliação (LAMONT, 2012) e assimilação

(BRUBAKER, 2001). Em termos analíticos operam deslocamentos importantes que concebem as redes de poder como espaços em disputa aberta e com resultados indeterminados, apontando para um quadro complexo cujas fronteiras entre dominantes e dominados é fluida e aberta a mudanças.

Ao concebermos que as fronteiras e os sentidos coletivos estão em constante negociação e disputa pelos atores sociais, como perceber proceduralmente os caminhos que levam à desigualdade? Ainda que influenciados por estruturas, como não as tornar determinantes e sim componentes do complexo jogo de forças cujos resultados estão sempre em aberto?

Nosso caminho será o de resgatar discussões que potencializem a compreensão de macroprocessos que atravessam realidades individuais e que nestas ganham sentido e ressignificação, sem que possamos categoricamente afirmar que as disputas resultem em perdedores e ganhadores na disputa por bens escassos. A investigação de processos que não se limitam a campos específicos, mas que os atravessam e reestruturam suas dinâmicas internas, nos incitam a busca de conceitos desenvolvidos a partir desta constelação epistêmica e que nos parecem promissores no debate sociológico atual.

Trajetórias do argumento cultural

Três opções metodológicas são fundamentais, atreladas aos desdobramentos e desenvolvimentos da combinação entre fenomenologia e interacionismo simbólico: 1) o extrapolamento da noção de cultura; 2) a contextualização dos atores como envolvidos em redes institucionalizadas de poder que se replicam no tempo e no espaço; 3) a primazia da análise de contextos particulares e através da prática dos atores sociais.

A primeira opção metodológica é originária nas obras de autores como Raymond Williams (1993) e Richard Hoggart (1971), que inauguram preocupações centrais no estudo das culturas, como a universalização da ideia de culturas no plural e pelo princípio da não-hierarquização. Dois dos principais expoentes da primeira fase dos estudos culturais, merecem destaque pois propuseram inverter o entendimento do conceito de cultura até então em voga.

Enquanto Williams analisou a cultura literária inglesa em relação ao entendimento materialista da ampla mudança social na educação e nos meios de comunicação em massa, Hoggart situou as práticas culturais de trabalhadores em contextos sociais estruturados pela classe social, como bares, clubes, domicílios e vizinhanças. Até então a cultura era entendida como uma relação a textos literários e artísticos, a serem analisados em termos de padrões estéticos gerais de uma cultura humanista afinada com os ideais de uma estética caudatária do renascimento da cultura Greco romana no velho continente (SEIDMAN, 1997).

Nesse contexto, as culturas populares eram vistas como inferiores, frequentemente interpretadas como um sinal dos efeitos degradantes da comunicação e comercialização de massa e produtos dos desenvolvimentos de uma indústria cultural que feria os princípios hegemônicos de uma cultura dominante, ameaçando poluir seu conteúdo supostamente puro. Como sugere Mary Douglas em seu estudo clássico *Pureza e Perigo*, o poluidor “torna-se um objeto de desaprovação duplamente nocivo, primeiramente porque cruzou a linha e, em segundo lugar, porque colocou as outras pessoas em perigo” (1976, p. 170).

Para os autores da primeira fase dos estudos culturais, a cultura compreenderia as experiências vividas de todos os indivíduos e grupos e se manifestaria na linguagem, nos

costumes do cotidiano e comportamentos, ideologias e nos textos e representações descritos pelos termos literatura, arte, conhecimento e religião (SEIDMAN, 1997, p. 39–40).

A segunda opção metodológica, da contextualização dos atores como envolvidos em redes institucionalizadas de poder que se replicam no tempo e no espaço, comunga com o estruturalismo francês que convida o pesquisador da cultura a inserir as diferenças observadas a nível individual como produtos culturais com propriedades estruturais. A perspectiva europeia favorecia a compreensão de cultura como um processo histórico e estrutural, como um sistema ontológico pré-existente e como uma restrição, uma ideia que não se encontrava presente nos primórdios da sociologia cultural, em especial nos Estados Unidos (LONG, 1997, p. 8).

A ideia central é de que a sociedade possui estruturas que incidem na distribuição de recursos materiais e simbólicos, recortados por uma realidade em que processos de distinção e violência simbólica separam agentes chave numa disputa por bens escassos (BOURDIEU, 2007). A parte dominante exerce a violência simbólica sobre a parte dominada (BOURDIEU, 1989), traçando um percurso para a desigualdade social frequentemente determinista (LAMONT, M. et. al., 2014). Em outros termos, as estruturas que sustentam a ação dos atores devem ser colocadas *em relação*² a estruturas mais abrangentes. A alteração das estruturas seria a única possibilidade de mudança social, ao passo que os atores sociais apenas representam posições sociais nas redes de poder em que estão inseridos, seja sua ação intencionalmente orientada ou como subproduto de um subconsciente subterrâneo.

² Sobre o desenvolvimento do relacionismo como paradigma nas Ciências Sociais, ver (CORRÊA, 2014).

Por seu turno, as tradições do interacionismo chamam atenção ao nível das interações cotidianas e na relação dual entre intencionalidade e emergência do significado da ação social nos momentos face-a-face (BECKER, 2008a; BLUMER, 1986; GOFFMAN, 2004).

A terceira opção metodológica, da primazia da análise de contextos particulares e através da prática dos atores sociais, se efetiva na descrição dos fenômenos observáveis, nos quais não se discute o conteúdo “específico de qualquer atividade apresentada pelo indivíduo participante, ou o papel por ele desempenhado nas atividades interdependentes de um sistema social” (GOFFMAN, 2004, p. 23). A ocupação dos interacionistas centra-se nos “problemas dramáticos do participante ao representar a atividade perante os outros” (Ibid., p. 11), operando na esteira de *um modus vivendi* interacional:

Os participantes, em conjunto, contribuem para uma única definição geral da situação, que implica não tanto num acordo real sobre o que existe mas, antes, num acordo real quanto às pretensões de qual pessoas, referentes a quais questões, serão temporariamente acatadas (Ibid. op. cit.).

Essas três opções metodológicas fundamentam um campo epistêmico que inaugura a possibilidade dos estudos das desigualdades sob outras orientações não deterministas, nas quais as disposições incorporadas pelos agentes ao longo do tempo tornam-se competências reflexivas nos termos de Margaret Archer (2007) ou capacidades críticas como preferem Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999).

Podemos perceber que em todas as três opções abrem-se vastas lacunas, decorrentes das insuficiências de cada uma das abordagens tomada em particular. A historicização e contextualização do ator inserido em eixos de poder que se reproduzem no tempo e no espaço, aliadas às etnometodologias e às correntes interacionistas, pleiteiam uma posição de desmonte da separação micro/macro através do estudo das

culturas. Isso passa pela crítica das insuficiências do interacionismo simbólico quando o desafio deste é “analisar dimensões estruturais enquanto padrões institucionalizados, que se estendem no espaço e no tempo além de situações diretamente observáveis” (RODRIGUES et. al., 2016). Haveriam deficiências, ainda, “na exploração do quanto as disposições incorporadas pelos agentes ao longo do tempo tornam-se competências reflexivas diferenciadas” (Ibid.).

Os movimentos da virada linguística ou semiótica bem como da virada psicanalítica na pesquisa em ciências sociais sedimentam o terreno epistêmico para o desenvolvimento do que podemos chamar de um campo de estudos culturais, nos quais cultura remete ao sentido da prática de todos atores sociais (LONG, 1997), independentemente das condições subjetivas e dos pertencimentos que os atrelam a coletividades. Estes movimentos trazem algumas soluções e impõem desafios decorrentes da injunção das três opções metodológicas mencionadas.

Decorre desse desenvolvimento uma preocupação central com as desigualdades sociais, mas que considera o fundamento do fazer sociológico em compreendê-las à luz das interações do cotidiano, numa lógica em que operaria o olhar do particular que elucidariam o que são tomados como macroprocessos, ou lógicas trazidas por narrativas da estabilização da identidade através de “argumentos culturais” (CHARLES, 2008, p. 42).

Estes argumentos culturais seriam definidos, em termos gerais, em referência a processos que se desdobram em diferentes e múltiplos níveis de análise e que defendem a irrelevância das grandes separações e oposições binárias. Nesse ponto a literatura sociológica no campo dos estudos culturais busca superar a cisão macro/micro, como na convergência entre a sociologia cultural e a psicologia, que sedimenta a ideia de que a

cultura é carregada por instituições, redes e movimentos sociais que difundem, ativam e selecionam esquemas entre aqueles disponíveis nas vidas dos atores (DIMAGGIO, 1997).

Na observação dos indivíduos em suas interações cotidianas, sociólogos tomam cultura como traços de personalidade profundamente internalizados, atitudes ou valores, que são evocados para explicar diferenças relativas a posição social dos indivíduos e do sucesso ou fracasso em termos de integração às coletividades, como no exemplo da relação entre filiação religiosa afetando indiretamente a posse de riqueza para protestantes conservadores nos Estados Unidos (KEISTER, 2008), relação também encontrada nos no encontro entre classe e religião no pentecostalismo brasileiro (ARENARI, 2017).

Em referência ao nível macro - aos amplos processos sociais que atravessariam as realidades individuais - alguns estudos tem considerado a estratificação em termos de efeitos de ideologias e das representações coletivas, tais como aquelas que dão suporte às ideologias meritocráticas no âmbito ocupacional, ou que perpetuam distinções baseadas em gênero ou raça nas sociedades modernas com significativas estratificações, sucedendo regimes de desigualdade nas estruturas organizacionais (ACKER, 2006).

Há ainda a tomada da cultura como repertórios institucionalizados de ação e estruturas de cognição que podem diferir entre categorias de grupos sociais, nos quais gênero, raça e classe, apesar de significativas diferenças em suas características e resultados, seriam mecanismos comparáveis na produção da desigualdade social (WEST e FENSTERMAKER, 1995).

Passa a estar em jogo a exploração de dimensões outras das desigualdades que não apenas materiais, abrindo possibilidades de problematizar as diversas maneiras que pessoas, grupos e coletivos constroem ou se adaptam a partir de possibilidades contextuais para interpretar experiências de vida, ou nas maneiras diversas em que

estabelecem fronteiras simbólicas e morais na categorização de pessoas e coisas (LAMONT; MOLNÁR, 2002). A atenção à experiência cotidiana e a importância do significado são compartilhados por muitos trabalhos sociológicos contemporâneos sobre cultura, estimulados pela ideia de que todos atores sociais possuem culturas diversificadas e complexas e cujos processos culturais que atravessam as realidades individuais sedimentam ou transformam a posicionalidade dos atores no contexto de classe numa relação não determinística e aberta à dinâmicas de resistência.

As distintas fases dos estudos das desigualdades

Michèle Lamont e colaboradores (2014) sugerem que existiriam três dimensões amplas da desigualdade que correspondem, *grosso modo*, a três fases sobrepostas no estudo das desigualdades. São elas a 1) desigualdade material, 2) desigualdade simbólica e 3) desigualdade baseada na localidade.

As duas primeiras dimensões estariam correlacionadas a estudos que problematizam o controle de recursos materiais e simbólicos, tendo como ponto de partida os conceitos de exploração e poder, em Karl Marx e Max Weber respectivamente. Na sociologia contemporânea haveria um movimento de mudança para uma rede de relacionamentos mais amplas que contribuiriam às desigualdades, em que os estudiosos viraram suas atenções à distribuição de recursos não-materiais, como os capitais cultural e simbólico.

Como destacam os autores, o livro *A distinção* de Pierre Bourdieu é fundamental nessa linha argumentativa, onde a desigualdade é principalmente entendida

[...] como resultado da ação intencional e não-intencional (orientada pelo *habitus*) de um grupo dominante sobre um grupo subordinado. A desigualdade social implica dominação simbólica e é determinada pelo acesso a recursos imateriais como capital cultural e social (Ibid. p.578).

A passagem da primeira para a segunda dimensão se daria por uma virada de foco, na medida em que ganha relevo o papel das relações simbólicas e culturais na reprodução da desigualdade social. A terceira dimensão buscaria compreender a desigualdade social a partir de seus efeitos ecológicos, na medida em que busca as causas e consequências do fenômeno no nível das redes, comunidades, vizinhanças e nas regiões de uma cidade (WILSON, 2010).

Em tais dimensões de exploração das desigualdades haveriam diversas lacunas, que poderiam ser melhor trabalhadas a partir do estudo de processos culturais que transcenderiam grupos de classes e indivíduos. Para os autores um dos elementos fundamentais na compreensão das desigualdades seria atentar ao impacto de estruturas intersubjetivas de significado compartilhado (por exemplo *scripts*, narrativas, repertórios e fronteiras simbólicas). Estas estruturas viriam tanto a permitir como restringir comportamentos, entendimento deixado em segundo plano nos estudos das fases anteriores (LAMONT et. al., 2014).

Esse argumento é sintetizado na tabela a seguir, que é sugerida como uma ferramenta pedagógica na compreensão dos elementos fundamentais tanto das dimensões das desigualdades como suas respectivas fases no argumento sociológico:

Tabela 1 Processos sociais e relações com a desigualdade

	Processos relativos à primeira dimensão da desigualdade: desigualdade material	Processos relativos à segunda dimensão da desigualdade: desigualdade simbólica	Processos relativos à terceira dimensão da desigualdade: desigualdade baseada na localização	Processos culturais
Processos ideais-típicos	Dominação, exploração, oportunidade de acumulação, fechamento etc.	Distinção, violência simbólica, auto-rebaixamento, recursos sociais (redes), etc	Efeitos da vizinhança, efeitos de rede, isolamento social, segregação etc.	Identificação (racialização, estigmatização, etc.), racionalização (normalização, avaliação, etc.)
Principal resultado de interesse	Distribuição de recursos materiais	Distribuição de recursos não materiais e materiais	Distribuição de recursos materiais e não materiais	Distribuição de recursos materiais e simbólicos, e reconhecimento
Natureza temporal	Ações discretas e contínuas	Ações discretas e contínuas	Contínua	Contínua
Agente(s) chave	Parte dominante	Parte dominante ("Classe dominante exerce a violência simbólica")	Sem parte dominante/ator; ao invés do 'ator' é a ecologia / bairro / cidade)	Tanto atores dominantes como subordinados
Intencionalidade do(s) agente(s)	Intencional ("dominação voluntária", "exploração", etc.)	Intencional ou não intencional	Em grande parte não intencional	Intencional ou não intencional
Percurso para a desigualdade	Frequentemente determinista	Frequentemente determinista	Probabilística	Em aberto e complexo

Na tabela³ acima podemos visualizar as fases dos estudos das desigualdades, sem que com isso evoquemos uma linearidade de tais estudos já que as diversas sobreposições se conformam a partir acúmulos e descontinuidades presentes em qualquer área do conhecimento. O que importa destacar em tal sugestão de agrupamento de distintos estudos sobre as desigualdades sociais, é o fato da possibilidade de estudos que passem a mobilizar o envolvimento de todos os atores nos processos que resultam em assimetrias através de processos contínuos. Essa proposta de estudar cultura através de seus processos – em aberto, inconclusivos e complexos -, é demonstrado por Lamont (2000) na documentação empírica e indutiva da pluralidade de critérios de avaliação que os indivíduos usam, inserindo assim uma crítica ao trabalho de Bourdieu por definir o conteúdo dessas fronteiras *a priori* através dos conceitos capital cultural e campo. Nas entrevistas com profissionais, ela mostra que a relação entre os critérios de avaliação varia no tempo e no espaço (LAMONT; THÉVENOT, 2000).

O elemento que se destaca nesse contexto é uma percepção nuançada da agência dos atores e a influência de suas capacidades reflexivas nos processos decisórios, o que vai ao encontro de reflexões teóricas de outros campos epistêmicos como no realismo crítico Margaret Archer (2000, 2007). Importa, nesse contexto, menos uma negação das estruturas e de sua influência no curso da ação e mais uma dúvida permanente sobre a existência de um princípio orientador de todas as práticas que se desvelaria em todos os planos da existência. Nesse ponto, sugerimos o resgate da proposição conceitual que percebe o ator como dotado de capacidades estratégicas ainda que não o insira nos termos de uma teoria da escolha racional (COLEMAN, 2000).

³ Agradecemos aos autores pelo direito de reprodução da tabela elaborada em (LAMONT et. al. 2014).

Dos sentidos coletivos às estratégias de ação

As fronteiras simbólicas remetem aos estudos clássicos da sociológica, como nas formas de classificação primitivas de Émile Durkheim e Marcel Mauss (1995). Como suspeitam os autores, seres humanos nomeiam e classificam as coisas e as pessoas não a partir de significados individuais, mas a partir de sentidos coletivos que os indivíduos colocam em movimento através da ação social.

Na ação classificatória e de nomeação invariavelmente haveria um processo de hierarquização e separação, que trazem à tona na ação uma rede de significados compartilhados em um dado contexto. A nomeação, prática de aproximação pela linguagem que põe em movimento formas classificatórias, revela uma rede de fronteiras simbólicas que tratam de separar sujeitos e coisas, em operações que põe em curso jogos de oposições e distinções, como brilhantemente sugerido por Bourdieu (2007) no desenvolvimento do argumento originário no estruturalismo de Claude Lévi-Strauss. Pensado sob esse prisma, o processo de classificação acena os anseios morais de coletivos e grupos sociais, colocando em jogo operações de segregação e, alternativamente, de aproximação. As fronteiras simbólicas, assim, não só separam e deixam de fora o outro, como tratam de assimilar e agrupar o mesmo, tratando da diferença em jogos de oposição que acabam por se concretizar em fronteiras, sejam elas materiais ou simbólicas.

A conceitualização das fronteiras simbólicas e suas origens foram debatidas pelos sociólogos a partir de três distintas abordagens:

[...] enquanto alguns as localizam nas *cabeças das pessoas* ou as veem como um produto da *interação entre indivíduos*, outros argumentam que elas são impostas por *forças sociopolíticas* (LAMONT; FOURNIER, 1992a, p. 1–2, grifo dos autores).

Assim, tais abordagens evocam três dimensões da vida cultural, nomeadamente, as dimensões cognitivas, comunicativas e políticas. Sugeriríamos nessa concepção a adição da dimensão corporal da vida cultural, em que o corpo emerge como o *locus* de insurgência de lutas políticas que se inscrevem nas falas dos agentes, ou como um *nexus* de redirecionamento de poderes como prefere Judith Butler (2004).

Essas dimensões podem ser articuladas através do conceito de estratégias de ação, que pensamos ser fundamental nesse processo de retomada reflexiva acerca das agências dos atores e de suas capacidades reflexivas no curso da ação. Sinteticamente, é fundamental que resgatemos um artigo que eclode no seio de intensos debates travados a partir da década de 1970 e que traduz em termos conceituais os anseios de uma série de pesquisadores da área.

Em *Culture in Action: Symbols and Strategies* Ann Swidler (1986) trata por sugerir dois modelos de influência da cultura na ação social, ao adotar a premissa da existência de períodos estáveis (*settled*) e conturbados (*unsettled*) que influenciariam de maneira diferenciada a ação. Em linhas gerais a explicação cultural é acionada para compreender por que diferentes grupos se comportam diferencialmente em uma situação estrutural similar, partindo do conceito de estratégias de ação diferenciadas.

A estratégia não é utilizada em seu sentido convencional (como um plano conscientemente concebido para atingir um objetivo), mas como uma maneira geral de organização da ação. Essa maneira geral, que permite aos atores alcançarem diferentes objetivos no curso da ação, é dependente de uma série de fatores, como o acionamento de uma rede de relacionamentos interpessoais ou nas habilidades individuais que podem servir como valores de troca.

Sob essa perspectiva, a diferença entre culturas trata da variação e da continuidade da ação face à estrutura, inserindo-se na discussão entre agência e estrutura que sempre figurou como um dos grandes dilemas sociológicos impulsionando debates centrais (ARCHER, 1982, 2000; KNORR-CETINA; CICOUREL, 2014). Caberia ao sociólogo, na perspectiva de Swidler, perceber os diferentes conjuntos de ferramentas (*tool kit*) mobilizados pelos atores em diferentes períodos, nas quais a ideia de estratégias se contrapõe aos meros interesses. A análise alternativa dos efeitos causais da cultura é proposta pela autora em três tempos:

- 1) Ao tomar cultura como um conjunto de repertórios (ou ferramentas) dos símbolos, histórias, rituais e visões de mundo que as pessoas podem usar em diferentes configurações para resolver diferentes tipos de problemas;
- 2) Ao enfatizar nas estratégias de ação, formas persistentes de ordenar a ação ao longo do tempo;
- 3) Ao perceber o significado causal da cultura não na definição dos fins da ação, mas como fornecimento de componentes culturais que são utilizados para construir estratégias de ação.

A ideia de uma ação orientada por elementos culturais se contrapõe aos modelos da orientação por interesses (como nas vertentes da ação racional) (COLEMAN, 2000) e da teoria voluntarista da ação (como no estrutural-funcionalismo parsoniano) (PARSONS, 1966) na qual a cultura é restritiva aos valores e a ação é entendida como decisões limitadas por condições objetivas e governada por uma regulação normativa. A seu tempo, o esquema da ação em Talcott Parsons tratou de tomar o indivíduo como

conciliador de meios para atingimento de determinados fins. Nesse ponto a contraposição da sociologia cultural, ou dos argumentos culturais postos em destaque, se coloca como proposta alternativa ao engessamento das teorias em questão, nas quais o ator social é minimizado ora como calculista ora como mero fantoche no meio de estruturas, um idiota cultural (GARFINKEL, 1984).

Alternativamente ao conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu, na qual as estratégias, para tomarmos o conceito de Swidler, seriam incorporadas sob a forma de disposições comportamentais que se reproduziriam no tempo e no espaço, uma abordagem cultural realista nos leva a esperar usuários ativos da cultura, variando em relação à reprodutibilidade e reflexividade frente ao que se lhes coloca. Neste ponto, a ideia da autora norte-americana é pensar tais estratégias nos diferentes contextos em que são acionadas, sejam momentos de maior estabilidade e continuidade ou naqueles de maior inquietude circunstancial. Não haveria, então, um princípio orientador que atravessaria todas as práticas. Haveriam quadros de esquemas dos quais os atores se valem e colocam em curso no emprego de suas capacidades, processo sempre impreciso em relação a quais esquemas serão ativados e os resultados daí decorrentes.

Que a relação entre estabilidade e transformação possa parecer difusa e incompleta, já que remete a uma relação normativa da ação social (o que, afinal, seria “estável”?), isso não invalida a possibilidade de mobilização do argumento que haveriam estratégias evocadas de maneira diferencial no curso do tempo (seja este tempo marcado pelo curso da história em sentido amplo, ou na história dos próprios atores em suas trajetórias de vida). É em termos comparativos, nesse sentido, de momentos distintos da vida social, que podemos aludir à cultura explicações plausíveis, ou nos termos de Swidler (1986), evocarmos o papel causal que a cultura possui na ação.

Um exemplo elucidativo são as adaptações necessárias nos períodos em que não estamos familiarizados com as regras do jogo, ou que há deslocamentos territoriais que colocam atores sociais em tensões inexistentes em momentos anteriores. Adaptar-se a um processo de imigração; reacomodar expectativas e estratégias de ação em períodos de golpes políticos e transições de governo; acomodar novas ações no interior de movimentos sociais que antes não constavam nos repertórios de engajamento; ambientar-se a um novo trabalho, escola, ou qualquer novo relacionamento institucional. Os exemplos de necessidade de adequação a novas práticas e incursão em mundos distintos são inesgotáveis.

Variados, similarmente, são os períodos em que relativa estabilidade predomina, momentos nos quais a prática habitual – ou a reprodução de estruturas de ação – insiste à mudança. São aqueles períodos em que não há disputas abertas entre modelos alternativos para organizar a experiência, já que há uma “autoridade incontestável do hábito, da normalidade e do senso comum” (SWIDLER, 1986, p. 281).

O primeiro modelo é proposto para análise de períodos “conturbados” (*unsettled*). As lógicas culturais, nestes momentos específicos, estariam em disputa e transformação expressiva, período em que

[...] as pessoas estão aprendendo novas maneiras de organizar as ações individual e coletiva, praticando hábitos desconhecidos até que se tornem familiares e, nessa altura, a doutrina, o símbolo e o ritual moldam a ação diretamente” (Ibid., p. 278).

As ideologias aqui ganham especial relevo. Enquanto a tradição remonta às articulações entre crenças e práticas culturais tidas como certas e como partes inevitáveis da vida, as ideologias podem ser pensadas como uma fase no desenvolvimento de um sistema de significado cultural. Swidler ilustra o papel das ideologias a partir da leitura

crítica que Micheal Walzer emprega sobre a relação entre o *ethos* e a lógica doutrinária no Calvinismo:

Walzer demonstra que o ethos do autocontrole metódico não era um subproduto acidental da doutrina Calvinista. Em vez disso, Calvino repetidamente ajustou a lógica dessa teologia para estimular a disciplina que ele via como necessária aos homens 'sem salvação'. 'Oportunisticamente' revisou e reformulou sua doutrina, a fim de conseguir um efeito psicológico particular (Ibid., p.280).

Nesse sentido, para que compreendamos o papel causal da cultura nos períodos altamente-ideológicos, devemos considerar as disputas ideológicas como característica central dos momentos conturbados (*unsettled*), em que novas formas de organizar a ação estão sendo desenvolvidas a fim de estruturar de forma diferenciada os agrupamentos humanos e orientar as condições de emergência dos seus desejos. As estratégias de ação, como a de Calvino, operam no nível da reformulação das práticas e calibram novas formas de autoridade e cooperação.

Inversamente nos períodos mais estáveis a experiência cultural pode reforçar hábitos e atitudes que já vinham sendo considerados importantes nos termos de uma estratégia comum. As culturas assentadas ou estáveis (*settled*) restringem a ação, fornecendo um conjunto limitado de recursos a partir do qual indivíduos e grupos constroem estratégias. Não há disputas claras em torno de objetos circunscritos, que aparentemente operariam de maneira satisfatória na avaliação dos atores (ou que não possuiriam políticas possíveis de transformação daquilo que é tomado como problemático). Entretanto, essa pretensa estabilidade poderia ser largamente contestada. Para contornar esse problema, Swidler utiliza a ideia da inércia cultural (*cultural lag*). Como as pessoas não tirariam proveito imediato de novas oportunidades estruturais que as obrigariam a abandonar formas estabelecidas de vida, continuar com as estratégias já conhecidas figura como o mais plausível no âmbito da ação.

Se o argumento de Swidler sobre diferentes estratégias da ação nos motiva a pensar sobre como a cultura é mobilizada pelos atores e como elementos culturais restringem ou estimulam padrões de ação, a questão sobre a influência estrutural na ação ainda permanece em aberto. A ação estratégica em diferentes contextos põe em curso uma relação complexa da cultura disponível aos atores. Ainda que não resolva a questão, Swidler sinaliza o extrapolamento necessário ao dualismo de uma querela aparentemente interminável entre estrutura e agência, que ora vincula uma teoria da ação ao determinismo estrutural e por outra incorre nas ameaças do individualismo metodológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões trazidas pela leitura da sociologia cultural como alternativa teórica, pode-se perceber a potência deste quadro na compreensão das desigualdades. A questão chave torna-se a operação conceitos que tornem possíveis a apreensão da mudança social nos estudos sociológicos, enfatizando que a definição de fronteiras sociais e sentidos coletivos estão em constante negociação e disputa. Nesse contexto, a sociologia cultural como sociologia das desigualdades sociais emerge como uma possibilidade de refletir acerca de realidades empíricas diversas, que vão desde ações de contestação e engajamento dos atores, cujos resultados dependem da correlação de forças em redes de poder, até processos de migração territorial ou adequação a novos ambientes de trabalho, escolares etc.

A dialética entre campo e *habitus* concebida na obra de Pierre Bourdieu estimulou discussões importantes sobre os processos de exclusão no contexto brasileiro (SOUZA, 2009, 2012). Entretanto, feito um balanço crítico à grande contribuição de sua obra ao desenvolvimento da sociologia, sugerem alternativas teóricas que estimulam a percepção das competências críticas dos atores (BOLTANSKI, 2011), suas capacidades reflexivas

(ARCHER, 2007) e suas diferentes estratégias de ação frente às disputas do cotidiano (SWIDLER, 1986). Mais do que fantoches à mercê de estruturas, tais alternativas teóricas propõem recompor quadros empíricos nos quais os indivíduos são também atuantes e usuários reflexivos dos recursos que lhes são disponíveis.

Nesse artigo propusemos expor um panorama sobre as trajetórias pelas quais o argumento cultural atravessou no desenvolvimento da sociologia. Diferentes campos epistêmicos influenciaram os estudos atuais sobre as culturas, inserindo-as no escopo de uma sociologia das desigualdades sociais. A tradição fenomenológica e interacionista, embasada numa filosofia pragmática convida o pesquisador à composição de quadros complexos e processos cujos resultados estão em aberto. As diferentes fases dos estudos das desigualdades foram exploradas e sugerimos a operacionalização do conceito de estratégias de ação como argumento teórico para uma série de pesquisas empíricas.

Como vimos, tais argumentos teóricos buscam promover o debate sobre as possibilidades de mudança social e sobre o uso que os atores fazem dos repertórios e recursos que lhe são disponíveis. A abordagem teórica em questão não propõe uma deslegitimação da obra de Bourdieu, pelo contrário. Estimuladas por seu desenvolvimento sugerem alternativas que concebam a realidade social a partir de suas sutis, mas significativas mudanças. Se as estruturas parecem de fato se reproduzir no tempo e no espaço, também é fato que os atores estão ativamente engajados nos processos de disputa cotidiana o que nos estimula a descrevê-los em sua complexidade e densidade.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Joan. 2006. Inequality Regimes: Gender, Class, and Race in Organizations. *Gender & Society*, v. 20, n. 4, p. 441–464.
- ARCHER, Margaret. 1982. Morphogenesis versus Structuration: On Combining Structure and Action. *The British Journal of Sociology*, v. 33, n. 4, p. 455–483.
- ARCHER, Margaret. 2000. *Being human: the problem of agency*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ARCHER, Margaret. 2007. *Making our way through the world: human reflexivity and social mobility*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ARENARI, Brand. 2017. Um esboço de um programa weberiano para compreender o Pentecostalismo. *Política & Sociedade*, v. 16, n. 36, p. 174–194.
- BECKER, Howard. 2008a. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BECKER, Howard. 2008b. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. 1998. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 15. ed. Petrópolis: Vozes.
- BLUMER, Herbert. 1986. *Symbolic interactionism: perspective and method*. Berkeley: University of California Press.
- BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. 1999. The Sociology of Critical Capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 359–377.
- BOLTANSKI, Luc. 2011. *On critique: a sociology of emancipation*. Cambridge: Polity.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, Pierre. 2003. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- BRUBAKER, Rogers. 2001. The return of assimilation? Changing perspectives on immigration and its sequels in France, Germany, and the United States. *Ethnic and racial studies*, v. 24, n. 4, p. 531–548.
- BUTLER, Judith. 2004. Bodies and power revisited. In: TAYLOR, Dianna; VINTGES, Karen. (Org.). *Feminism and the final Foucault*. Chicago: University of Illinois Press. p. 183-194.
- CHARLES, Maria. 2008. Culture and Inequality: Identity, Ideology, and Difference in “Postascriptive Society”. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 619, n. 1, p. 41–58.

COLEMAN, James. 2000. *Foundations of social theory*. 3. ed. Cambridge: Belknap Press of Harvard Univ. Press.

CORRÊA, Diogo. 2014. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. *Revista Política & Trabalho*, v. 1, n. 40, p. 35–62.

DEWEY, John. 2007. *Human nature and conduct: an introduction to social psychology*. New York: Cosimo.

DIMAGGIO, Paul. 1997. Culture and cognition. *Annual Review of Sociology*, v. 23, p. 263–287.

DOUGLAS, Mary. 1976. *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. 1995. Algumas formas primitivas de classificação. In: DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. São Paulo: Ática. p. 183–203.

GARFINKEL, Harold. 1984. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press.

GOFFMAN, Erving. 2004. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.

GOFFMAN, Erving. 1988. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.

HOGGART, Richard. 1971. *The uses of literacy: aspects of working class life, with special references to publications and entertainments*. Reprinted ed. London: Chatto, Windus.

JAMES, William. 1981. *Pragmatism*. Indianapolis: Hackett Pub. Co.

KEISTER, Lisa. 2008. Conservative Protestants and Wealth: How Religion Perpetuates Asset Poverty¹. *American Journal of Sociology*, v. 113, n. 5, p. 1237–1271.

KNORR-CETINA, Karin; CICOUREL, Aaron. 2014. *Advances in Social Theory and Methodology (RLE Social Theory): Toward an Integration of Micro- and Macro-Sociologies*. Hoboken: Taylor and Francis.

LAMONT, Michèle; BELJEAN, Stefan; CLAIR, Matthew. 2014. What is missing? Cultural processes and causal pathways to inequality. *Socio-Economic Review*, v. 12, n. 3, p. 573–608.

LAMONT, Michèle. 2000. *The dignity of working men: morality and the boundaries of race, class, and immigration*. New York: Russell Sage Foundation.

LAMONT, Michèle. 2012. Toward a Comparative Sociology of Valuation and Evaluation. *Annual Review of Sociology*, v. 38, n. 1, p. 201–221.

LAMONT, Michèle; FOURNIER, Marcel (Org.). 1992. *Cultivating differences: symbolic boundaries and the making of inequality*. Chicago: University of Chicago Press.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. 2002. The Study of Boundaries in the Social Sciences. *Annual Review of Sociology*, v. 28, n. 1, p. 167–195.

LAMONT, Michèle; THÉVENOT, Laurent (Org.). 2000. *Rethinking comparative cultural sociology: repertoires of evaluation in France and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LONG, Elizabeth. 1997. Engaging sociology and cultural studies: disciplinarity and social change. In: LONG, Elizabeth (Org.). *From sociology to cultural studies: new perspectives*. Malden: Blackwell Publishers. p. 1–36.

MEAD, George. 1962. *Mind, self & society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press.

OMI, Michael; WINANT, Howard. 2015. *Racial formation in the United States*. 3. ed. New York: Routledge/Taylor & Francis Group.

PARSONS, Talcott. 1966. *The structure of social action*. New York: The Free Press.

PEIRCE, Charles. 1998. *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. Bristol: Thoemmes Press.

RODRIGUES, Léo; NEVES, Fabrício; ANJOS, José. 2016. De coadjuvante a protagonista? A reflexão epistemológica das Ciências Sociais para Século XXI. *Sociologias*, v. 18, n. 41, p. 14–23.

SEIDMAN, Steven. 1997. Relativizing sociology: the challenge of cultural studies. In: LONG, Elizabeth (Org.). *From sociology to cultural studies: new perspectives*. Malden: Blackwell Publishers. p. 37–61.

SOUZA, Jessé. 2012. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SOUZA, Jessé. 2009. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SWIDLER, Ann. 1986. Culture in Action: Symbols and Strategies. *American Sociological Review*, v. 51, n. 2, p. 273–286.

WEBER, Max. 1999. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB.

WEST, Candace; FENSTERMAKER, Sarah. Doing difference. *Gender & Society*, v. 9, n. 1, p. 8–37.

WILLIAMS, Raymond. 1993. *Culture & society*. London: Hogarth.

WILSON, William. 2010. *More than just race: being black and poor in the inner city*. New York: W.W. Norton.

CULTURAL PROCESSES AND RELATIONS WITH INEQUALITY: CULTURAL SOCIOLOGY THEORETICAL CONTRIBUTIONS

ABSTRACT

This article addresses answers and reflections on Pierre Bourdieu's social distinction paradigm in light of studies identified with the cultural turn in the social sciences from the 1970s onwards, with special attention to the developments of north American cultural sociology. We refer such considerations on Pierre Bourdieu's thesis that mentions the existence of a holistic and objective field of social distinctions that implies the definition of *a priori* borders through the concepts of cultural capital and fields. These theses may induce the social researcher to presuppose the evaluation criteria that individuals use, rather than describing them in each specific situation and whose outcome depends on non-deterministic disputes and processes. It is suggested that the sociological description be invigorated from the developments of epistemic fields that encompass phenomenological dimensions of the event in the actors' meaning-making processes. Cultural sociology theoretical framework is explored as a proposal to shift the analytical centrality on the rivalry between dominant and dominated to a complex and indeterminate result, in which the dispute is permeated by different strategies of action.

KEYWORDS

Cultural processes. Inequalities. Strategies of action. Bourdieu. Cultural sociology.